

FORMAÇÃO DO
CONCEITO DE FATO
HISTÓRICO NA CULTURA
OCIDENTAL

Conselho Editorial Educação Nacional

- Prof. Dr. Afrânio Mendes Catani – USP
Prof. Dra. Anita Helena Schlesener – UFPR/UTP
Prof. Dra. Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira – Unicamp
Prof. Dr. Elton Luiz Nardi – Unoesc
Prof. Dr. João dos Reis da Silva Junior – UFSCar
Prof. Dr. José Camilo dos Santos Filho – Unicamp
Prof. Dr. Lindomar Boneti – PUC / PR
Prof. Dr. Lucidio Bianchetti – UFSC
Prof. Dra. Dirce Djanira Pacheco Zan – Unicamp
Prof. Dra. Maria de Lourdes Pinto de Almeida – Uniplac/Unicamp
Prof. Dra. Maria Eugenia Montes Castanho – PUC / Campinas
Prof. Dra. Maria Helena Salgado Bagnato – Unicamp
Prof. Dra. Margarita Victoria Rodríguez – UFMS
Prof. Dra. Marilane Wolf Paim – UFFS
Prof. Dra. Maria do Amparo Borges Ferro – UFPI
Prof. Dr. Renato Dagnino – Unicamp
Prof. Dr. Sidney Reinaldo da Silva – UTP / IFPR
Prof. Dra. Vera Jacob – UFPA

Conselho Editorial Educação Internacional

- Prof. Dr. Adrian Ascolani – Universidad Nacional do Rosário
Prof. Dr. Antonio Bolívar – Facultad de Ciencias de la Educación/Granada
Prof. Dr. Antonio Cachapuz – Universidade de Aveiro
Prof. Dr. Antonio Teodoro – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Prof. Dra. Maria del Carmen L. López – Facultad de Ciencias de La Educación/Granada
Prof. Dra. Fatima Antunes – Universidade do Minho
Prof. Dra. María Rosa Misuraca – Universidad Nacional de Luján
Prof. Dra. Sílvina Larripa – Universidad Nacional de La Plata
Prof. Dra. Sílvina Gvirtz – Universidad Nacional de La Plata
-



José Silvério Leite Fontes

FORMAÇÃO DO
CONCEITO DE FATO
HISTÓRICO NA CULTURA
OCIDENTAL

Apresentação
e organização:
Edmilson Menezes

MERCADO[®]
LETRAS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Fontes, José Silvério Leite

Formação do conceito de fato histórico na cultura ocidental / José Silvério Leite Fontes; organização Edmilson Menezes. – 1. ed. – Campinas, SP : Mercado de Letras, 2020. – (Coleção Uma Casa de Educação Literária : 150 anos do Atheneu Sergipense)

“edição fac-similar”

Bibliografia

ISBN 978-65-86089-10-3

Colégio Estadual Atheneu Sergipense – História 2. Educação
3. História – Filosofia 4. Historiografia – Filosofia 5. Ocidente – História
I. Menezes, Edmilson. II. Título III. Série.

20-38848

CDD-901

Índices para catálogo sistemático:

1. História : Filosofia 901

capa e gerência editorial: Vande Rotta Gomide
imagem de capa: Atheneu Sergipense, acervo do
Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe – IHGSE
preparação dos originais: Editora Mercado de Letras
revisão final: do organizador
bibliotecária: Maria Alice Ferreira – CRB-8/7964

Esta obra contou com auxílio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio do Edital n. 7/2019, Programa de Apoio a Eventos no País (PAEP), processo n. 88881.359550/2019-01.

Apoio:

Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura
do Estado de Sergipe (SEDUC-SE)

Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS)

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© MERCADO DE LETRAS®

V.R. GOMIDE ME

Rua João da Cruz e Souza, 53

Telefax: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116

Campinas SP Brasil

www.mercado-de-letras.com.br

livros@mercado-de-letras.com.br

1ª edição

2 0 2 0

IMPRESSÃO DIGITAL

IMPRESSO NO BRASIL

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98.
É proibida sua reprodução parcial ou total
sem a autorização prévia do Editor. O infrator
estará sujeito às penalidades previstas na Lei.

SUMÁRIO

Apresentação

OCIDENTE E INTERESSE HISTÓRICO:

A PROPÓSITO DE *FORMAÇÃO DO CONCEITO
DE FATO HISTÓRICO NA CULTURA OCIDENTAL*,

DE JOSÉ SILVÉRIO LEITE FONTES 7

Edmilson Menezes

FORMAÇÃO DO CONCEITO DE FATO

HISTÓRICO NA CULTURA OCIDENTAL 19

(edição fac-similar)

Apresentação

OCIDENTE E INTERESSE HISTÓRICO: A PROPÓSITO DE *FORMAÇÃO DO CONCEITO DE FATO HISTÓRICO NA CULTURA OCIDENTAL*, DE JOSÉ SILVÉRIO LEITE FONTES

Edmilson Menezes

Remonta-se aos alemães a diferença entre *Geschichte* e *Historie*. A distinção possui matizes intrincados e ricos filosoficamente. Na *Crítica da Razão Pura*, Kant propõe que “o conhecimento histórico é *cognitio ex datis* e o racional *cognitio ex principiis*” (Kant 1900, Band III, p. 864). Novas distinções aparecem nos seus escritos sobre *Geografia*: “toda experiência estrangeira nos é comunicada ou sob o formato de uma *narrativa*, ou sob o formato de uma *descrição*. A primeira é uma *história*, a segunda uma *geografia*” (Kant 1900, Band IX, p. 159). No plano histórico, o autor nos apresenta ainda outra divisão. O importante opúsculo *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita* admitirá uma separação que nos parece assumida por uma longa posteridade, a saber, há uma disciplina à qual pertence a narrativa dos acontecimentos que se desenvolvem e sucedem sob o enfoque do tempo, e outra que busca sentido para tal narrativa: “Creio que seria não entender a minha intenção considerar que, com esta ideia de uma história do mundo (*Weltgeschichte*), que em

certa medida tem um fio condutor *a priori*, eu quisesse recusar a elaboração da história (*Historie*) propriamente dita, composta apenas empiricamente. Fui simplesmente guiado pelo pensamento do que uma cabeça filosófica (que, aliás, precisaria ser muito entendida em história) ainda poderia tentar fazer, colocando-se de outro ponto de vista” (Kant 1900, Band VIII, p. 30).

O caráter empírico da história, quiçá seu traço principal, não se deixa captar em sua integralidade pela experiência científico-mecânica. Kant parece estar de acordo com este ponto e, por isso mesmo, transfere a história para o campo da liberdade, para uma *Weltgeschichte*. Até que ponto temos realmente na reflexão kantiana sobre a história uma base que provém das ciências naturais (aqui penso na própria noção de tempo)? É verdade que em alguns momentos há o recurso à teleologia física, ao modelo do sistema orgânico. Todavia, esse recurso está subordinado ao esquematismo da analogia. Natureza e liberdade: cada nível possui sua temporalidade própria, e se tratando do nível prático, definido pela personalidade humana moral, o tempo fundado no *noumeno* da liberdade se temporaliza a partir do futuro. A uma só vez, distingue-se como a história é possível assim como um parecer sobre o tempo; e deste ângulo, a reflexão filosófica sobre a história requer não o conhecer, mas o pensar. Se de tal modo não o fosse, poder-se-ia inferir que a síntese da história passada estivesse já operacionalizada e, do passado, pudéssemos, legitimamente, inferir previsões certas sobre o futuro (como acontece na ciência). Esse raciocínio apresenta uma dificuldade fundamental: ele pode sempre ser refutado por uma experiência nova, da qual a possibilidade permanente provém da liberdade humana.¹ A base transcendental

1. “De fato, seria o ponto de vista da *Providência*, que se situa para além de toda a sabedoria humana e que também se estende às livres ações do homem, que por este podem sem dúvida ser *vistas*, mas não *previstas* com certeza (...); porque, no último caso, ele carece da conexão segundo leis naturais, mas, no tocante a ações *livres* futuras, tem de dispensar esta direção ou indicação” (Kant 1900, Band VII, pp. 83-84).

da filosofia da história kantiana fundamenta a história enquanto *Weltgeschichte* e não simplesmente *Historie* (esta sim de base empírica e estudada conforme uma perspectiva espaço-temporal); teríamos, então, dificuldades para separar, em definitivo, essa base metafísica de interpretação do leito da história, que não cabe unicamente na experiência científico-mecânica. Se a história pode ser composta apenas empiricamente, como domínio de investigação fenomênica, também pode ser lida pelo filósofo com um fio condutor *a priori* e ser deslocada para o campo da liberdade. O espírito é história!

De acordo com Koselleck (1975, p. 647), o termo *história* (*Geschichte*), do qual fazemos uso atualmente, possui uma extensão e um conteúdo alcançados apenas no último terço do século XVIII. Apesar de estender antigas acepções, *die Geschichte* é um conceito moderno que equivale quase a uma criação. Do prisma da história das noções, o conceito nasce após dois processos de longa duração, que acabam por confluir e, dessa forma, abrir um espaço de experiência que não poderia ter sido formulado antes. Por um lado, trata-se da constituição de um coletivo singular que une a soma das histórias (*Einzelgeschichten*) especiais sob um conceito comum. Por outro lado, encontramos uma contaminação mútua entre os conceitos de *Geschichte*, enquanto conjunto de acontecimentos, e *Historie*, enquanto conhecimento, narrativa e ciência histórica. A construção feminina *gischit* no alemão antigo ou *geschicht* no alemão medieval (igualmente *scicht* ou *schicht*) deriva do alemão arcaico *scehan*, raiz do verbo *geschehen* (acontecer) e significa acontecimento, acaso, desdobramento (*Ereignis*, *Zufall*, *Hergang*); e no alemão medieval pode significar mais: “aquilo que advém a uma coisa, propriedade, modo”, e de uma forma mais geral: “essência, coisa”; e ainda, em especial no alemão moderno primitivo, “acontecimento, coisa”, mas também “aquilo que advém por meio de alguém, ação, obra”; igualmente: “uma sequência de acontecimentos, acaso, destino”; enfim, no alemão do início da era moderna, como *Historie*: “narrativa daquilo que se passou”. Com isso, foi-se, progressivamente, delimitando o campo da ação

e do sofrimento humanos; a expressão pôde substituir *pragmata, res gestae, facta, accidens, casus, eventus, fortuna* e outras isomorfas. Em torno do ano de 1300 agrega-se o substantivo neutro *daz geschichte* que se difundirá e será o feitiço habitual, ainda em Lutero, com as significações de “acontecimento, classificação, ordem”. A partir daí, e até o século XVIII tardio, a expressão *die Geschichte* (ao lado de *die Geschicht* e, desde o século XV, *die Geschichten*) se mantém como uma configuração plural, que designava a soma das histórias particulares. Gramaticalmente, a velha forma plural *die Geschichte* pôde, então, ser igualmente lida como variante da forma feminina singular. No entanto, do ponto de vista conceitual, é possível reconhecer um ato consciente na passagem do vocábulo *die Geschichte* do plural para o singular. Essa passagem, todavia, começou apenas na segunda metade do século XVIII, com base em numerosos escritos teóricos sobre a história. Desde então, é o coletivo singular que designa o conjunto das histórias particulares como essência de tudo o que acontece no mundo. A palavra história passaria a ter um maior grau de abstração e uma maior complexidade.

Neste entrecruzamento teórico, que distingue *Geschichte* e *Historie*, podemos, de certa maneira, situar a obra *Formação do conceito de fato histórico na cultura ocidental*. Publicada em 1958, pela Livraria Regina, famoso selo que reunia parte notável da produção intelectual sergipana,² foi, inicialmente, apresentada pelo professor José Silvério Leite Fontes (1925-2005) como requisito do concurso para a cadeira de História Geral, do Colégio Estadual de Sergipe,

2. “Ainda na Rua João Pessoa estão situadas várias livrarias. A Livraria Regina, a Gráfica Editora e a Livraria Monteiro exibem, em suas vitrines, as últimas novidades. A Livraria Regina é a principal, espécie, assim, da Livraria José Olímpio, do Rio de Janeiro. Suas portas, à tarde, ficavam cheias de literatos da terra, que, entre uma anedota fescenina e uma novidade política, olham os desfiles dos jovens que fazem o footing. Lá você conhecerá Freire Ribeiro, José Amado, Mário Cabral, Walter Cardoso, Paulo Costa, Santo Souza, Marcos Ferreira, Manuel Cabral, José Cruz, Seixas Dória, muitos outros. Lá não estará, porém, o Poeta da Rosa Vermelha – Artur Fortes. E esse a morte levou, roubando-o, assim, ao nosso convívio e admiração” (Cabral 2002, p. 203).

outro nome do Colégio Atheneu Sergipense. Estamos diante de um estudo monográfico – agora republicado por iniciativa da Coleção “Uma Casa de Educação Literária: 150 anos do Atheneu Sergipense”, dirigida pela Profa. Eva Maria Siqueira Alves – que se empenha em mostrar que uma das características marcantes do mundo ocidental é precisamente o seu sentido histórico. O tema da existência temporal dos homens impregna suas mais altas manifestações. Como um tema verdadeiramente histórico, não foi dado aos ocidentais pronto e acabado. Possui uma gênese elucidativa dos próprios fundamentos espirituais constitutivos (confira Fontes 1958, p. 9). O texto proposto por Fontes pretende elencar uma diversidade de correntes teóricas e contribuições historiográficas que, em última instância, pendem ora para a compreensão da história a partir de um sentido, ora para a apreciação do fenômeno histórico a partir de sua singularidade empírica. Então, trata-se de recompor a formação de um interesse pela história como um traço basilar da *Weltanschauung* ocidental. E poderíamos bem acrescentar: uma *Weltanschauung* ocidental cristã. A associação entre Cristianismo e Ocidente apresenta-se como um desses fenômenos culturais únicos e constitutivos de uma forma de consciência, tão bem examinados por Max Weber: “No estudo de qualquer problema da história universal, um filho da moderna civilização europeia sempre estará sujeito à indagação de qual a combinação de fatores a que se pode atribuir o fato de na Civilização Ocidental, e somente na Civilização Ocidental, haverem aparecido fenômenos culturais dotados (como queremos crer) de um desenvolvimento *universal* em seu valor e significado” (Weber 1987, p. 1). Em outro lugar, Weber afirma: “No Ocidente a emergência da ética racional intramundana está ligada ao surgimento de pensadores e profetas que deitavam raízes nos problemas políticos de uma configuração social alheia à cultura asiática: o estamento político burguês da *cidade*, sem a qual são inconcebíveis tanto o judaísmo quanto o Cristianismo como também o desenvolvimento do pensamento grego. Na Ásia, contudo, o surgimento da ‘cidade’ nessa acepção

foi bloqueada em parte pela manutenção do poder da parentela e em parte pela separação entre as castas” (Weber 1989, p. 148).

Nesta direção, a história começa por ser definida desde um significado, cujas referências encontram-se “no Livro de Daniel, na mensagem do Cristo e na obra de Santo Agostinho” (Fontes 1958, p. 12). Porque é concebido como uma linha direta, o tempo pode fornecer ao Cristianismo o mapa da história da revelação e da salvação. O tempo sendo ideado como uma linha ascendente permite que uma *realização* aí seja possível; que um plano divino possa se realizar progressivamente; o alvo, situado na extremidade superior da linha, imprime ao conjunto da história, que se realiza ao longo dessa linha, um movimento de elevação em sua direção; enfim, o fato central e decisivo, o Cristo, pode ser o ponto fixo orientador de toda a história, além e aquém dele. Ao professar uma interferência de Deus na história humana, o Cristianismo apresenta-se como uma religião histórica, e isso implica, *grasso modo*, um interesse pelo tempo vivido. Ele representa a sucessão dos acontecimentos na natureza e na história integrando-os num contexto intelectual de uma “visão de mundo” completamente inédita. Destarte, o Cristianismo posiciona-se entre o helenismo, e seu conceito de um tempo (e nele implicado o de história) sem fim, e o judaísmo, que pensa um fim dos tempos e da história. Para o cristão, a história é um modo de realização de uma economia e de um plano divinos, destinados a promover a redenção. “Com a vinda de Cristo, a história entrou na fase derradeira (...). Mas seu término decorrerá de um curso temporal. O Cristo é a pedra angular da história da humanidade e não da história de um só povo. A sua presença garante a continuidade concreta e transcendente da história universal. Essa é a mensagem contida no Novo Testamento” (Fontes 1958, p. 15). O sistema cristão de ideias oferece ao Ocidente um sentido histórico por meio de títulos bem delimitados, dos quais pode-se destacar: o curso da história possui unidade compreensiva e real; a efetividade do plano da história é o resultado da livre vontade de Deus, da Providência, que cria os

acontecimentos segundo uma relação transcendente; a história é um conflito de princípios espirituais opostos, decorre em estado de inquietude; a história cresce dando atestado a valores no campo ideal e configurando-os no plano sobrenatural; a história universal possui base real na unidade da natureza humana e da vocação cristã (Fontes 1958, p. 16).

O interesse ocidental pela história nasce, em vista disso, de um entendimento que se caracteriza pelo esforço de procurar uma compreensão inteligível para a sucessão dos acontecimentos no tempo, atribuindo a essa sucessão um sentido, isto é, “uma interpretação sistemática da história do mundo de acordo com um princípio diretor, que permite colocar em relação acontecimentos e consequências históricos e de os remeter a um sentido último” (Löwith 1983, p. 11), a um fim que à história pudesse dar uma justificação, em outras palavras, uma teleologia. O gênero humano, cuja vida parece assemelhar-se a de um *único* homem, depois de Adão até o fim do mundo, passa por uma série de etapas sucessivas. Nesse movimento linear, lembra-nos Löwith, mas centrado, têm lugar uma condensação e uma redução progressivas, culminando na figura única representativa de Cristo, a que se seguirá uma expansão progressiva do acontecimento central numa comunidade universal de crentes, que vivem em e por meio de Cristo. A fé cristã é, por conseguinte, animada por uma esperança escatológica: devemos crer que o Cristo é o fim definitivo da história, fim que relembra a eternidade de Deus àquelas almas bem-aventuradas. Essa imagem da eternidade não deve preencher as almas de esperanças inscritas na história, mas de desejo de eternidade. A vida presente ganha seu sentido a partir da espera da vida futura, que se torna bússola para a efemeridade da primeira. “De maneira invisível, a história mudou completamente, porém, de maneira visível ela permanece a mesma; pois o Reino de Deus já apareceu e, no entanto, ele ainda se faz esperar enquanto *eschaton*. Essa ambiguidade é essencial a toda história depois do Cristo: os tempos foram cumpridos, mas ainda não foram consumados. O tempo que separa a ressurreição

do Cristo de seu retorno é, irrevogavelmente, o último; mas, ele é, não importa o quanto dure, o penúltimo tempo que precede a realização do reino presente, mas ainda secreto, do Cristo em reino manifesto do Pai, para além de todo tempo histórico e historiográfico assinalável” (Fontes 1958, p. 201).

A despeito de buscar situar o leitor em vários outros parâmetros de análise, Fontes elege a base reflexiva cristã sobre a história como uma espécie de fio condutor que orienta o trabalho desde o seu início. Prova dessa eleição é a primazia dada à meditação cristã de forma que ela apareça, no plano da obra, antecedendo mesmo outras contribuições. Feito isso, o autor reconhece o aporte Greco-romano para o interesse ocidental pela história através da valorização das diretrizes universais da cultura propriamente humana, encarando o homem em sua realidade própria de ser racional. Na sequência, elenca ainda os principais reforços reconhecidos na cultura germânica e na Idade Média: a valorização da individualidade passional, na primeira, e a assimilação da singularidade contida nas fontes, na segunda. O início da era Moderna, em vista da fragilidade que o conhecimento histórico comporta frente a outras províncias do saber, discute certas taxionomias, cuja hierarquia determinará o que é mais ou menos proveitoso para o homem que quer instrução adequada para se situar frente ao mundo e seus parâmetros naturais e não-naturais. No século XVIII encontramos o empenho em responder às grandes questões, quanto à trajetória dos humanos, já observadas pelo século precedente. O *Setecentos* cunhou os conceitos principais que nortearão a compreensão que se terá de fato histórico, a saber, causa, contingência, desenvolvimento, progresso etc. O século quis justificar a história pondo, imediatamente, nos acontecimentos, a marca indelével da razão humana. O século XIX reabriu o problema da natureza do conhecimento e, conseqüentemente, trouxe à cena as questões sobre as condições de possibilidade epistêmica da análise do fato histórico, ficou dividido entre conceituar a verdade

histórica como verdade dos fatos humanos ou dos atos humanos, orientação da natureza ou do espírito.

O comentário final de Silvério Fontes tem por alvo, justamente, as posições sintetizadas pelo XIX. O conflito de tendências subjetivistas e objetivistas reabriu o problema da história. O fracasso parcial do Romantismo fez sentir a necessidade de melhor avaliar o conhecimento histórico. O insucesso segmentário do Positivismo mostrou que há uma peculiar realidade humana, transcrita no tempo. É imperioso o conhecimento do homem projetando-se no tempo e a história oferece-se como instrumento imprescindível para tal. Que é o homem? Que é a história para o homem? Quais os limites do conhecimento histórico? Em que consiste a estrutura da vida histórica? Quais são as condições da ciência histórica? (Fontes 1958, pp. 95-96). Essas e outras perguntas levam a uma só constatação: há uma tensão em torno da história, de seus estudos e de seu grau de confiabilidade. O Ocidente faz uma revisão de si mesmo, como cultura, pondo em evidência a questão da história. “Com os materiais do passado nas mãos, caminhamos em busca da verdade. Não esqueçamos as palavras redigidas pelo grande Ranke: ‘Todos os historiadores se inspiram num sublime ideal: o dos próprios fatos, em sua compreensibilidade humana, em sua unidade e em sua plenitude (...). Cada um se esforça por alcançá-lo. Porém, no final, verifica que não o conseguiu. Ninguém deve, apesar disso, desesperar. Disse-o Jacobi: a humanidade, o tema fundamental sobre que versam nossos estudos, tal e como é, sempre será explicável e inexplicável; essa mesma humanidade, formada pela vida dos indivíduos, linhagens e povos, cujos roteiros traça, às vezes, a mão de Deus, que sobre eles se levanta’” (Fontes 1958, p. 96).

A história não é mais um simples objeto de curiosidade, nem possui como tarefa a simples coleção de fatos – sempre sujeitos a uma gama de indeterminações; ela tem por alvo nos mostrar os diversos fundamentos da composição das sociedades, ela nos conduz a suas origens – e aqui reside o seu ponto principal.

Todavia, haverá um impasse quando chegarmos a essas origens se tentarmos compreendê-las nelas mesmas: uma indeterminação ou uma incerteza tomará conta do raciocínio. Ao contrário, ao subordinarmos o intento histórico a princípios ordenadores, cuja evidência nem sempre é observada instantaneamente, não só as origens, mas o desenvolvimento do mundo e das instituições ganha maior compreensibilidade.

Arremata Fontes: “quem se crê chamado a uma união de vida sobrenatural com todos os homens, seus irmãos, diante da História, sente o contentamento de conhecer melhormente esses homens, com os quais deve partilhar o mesmo patrimônio de ser divino. A História convida à pesquisa da verdade do Homem e à visão do mesmo Homem como obra de arte, cheia de beleza, pois exprime, no cambiante de suas figuras, uma idêntica *ideia*, milionária de possibilidades de existência. Quem vê, deste modo, a História, não pode deixar de repetir, contemplando-a, o famoso verso de Keats: ‘A thing of beauty is joy for ever’” (Fontes 1958, p. 96).

Assente nessa posição, Fontes parece subordinar a disciplina história, estruturada conforme a narrativa dos eventos que se produzem e ocorrem ante o signo do tempo, ao sentido fornecido pelo Cristianismo a essa narrativa. Ele principia pela experiência de um passado percebido como doador de ordem e de finalidade: o homem vive numa criação, no interior da qual uma *dependência* entre eleição e salvação governa os destinos dos povos. Experiência de um presente estruturado pela Lei divina e pela aliança; experiência, enfim, orientada para um futuro absoluto: a aliança é alimentada pelas promessas divinas que impõem uma *esperança*. Sem dúvida, é preciso admitir a novidade da representação cristã da história. “Foi uma ideia nova”, afirma Gilson, “pois nem em Platão, nem em Aristóteles, nem mesmo nos Estóicos, não se encontrava essa noção – hoje familiar – de uma humanidade concebida como um ser coletivo único, feito mais de mortos do que de vivos e em progresso constante em direção a uma perfeição da qual se aproxima sem cessar” (Gilson 1999, p. 371).

Silvério Fontes, com sua obra, nos oferece competente revisão historiográfica e técnica acerca da construção de um saber

estruturador do modo ocidental de se colocar em presença da existência e do mundo. Todavia, essa revisão vem acompanhada de uma indireta, porém densa, carga analítico-filosófica que, finalmente, nos lança numa zona nevrálgica: os limites do fato. Em especial, o autor nos convoca à meditação sobre os limites específicos desse fato quando interpretado pela história. A marcha do tempo é ascendente no plano do conhecimento e da experiência do mundo criado, a história válida pretende assimilar os degraus do saber estruturado e metódico. No entanto, o homem, o grande alvo do julgamento histórico, deve ser visto, primordialmente, num confronto com seus riscos sobrenaturais, e ele não se resume, de jeito algum, ao plano do progresso, do conhecimento científico e do fato; com efeito, tais incon siderações equivalem a chaves interpretativas que elucidam os contrassensos e desacertos com os quais o progresso, o conhecimento científico e as explicações do fato se vêm com frequência solapados. Assim, decifrar um sentido para a história, e conseqüentemente a interpretação para o fato que daí deriva, recebeu significações divergentes estruturadas em posições teóricas e metodológicas que as inspiram de maneira objetiva. Entretanto, a própria ideia de um sentido para a história implica um postulado formal comum. Assim sendo, não se pode doar um significado a uma história inacabada a não ser que confirmamos a certos momentos do tempo um aporte e uma importância definitivos, algo que supõe um ato de fé e de esperança. História e Cristianismo, narrativa e sentido ganham um caráter indissolúvel na obra acadêmica de Fontes... e talvez ela possa fazer eco a Pascal quando diz: “Se submetemos tudo à razão, nossa religião não terá nada de misterioso nem de sobrenatural. Se contrariamos os princípios da razão, nossa religião será absurda e ridícula” (Pascal 1963, fr 273, p. 523).

Referências

- CABRAL, Mário (2002). *Roteiro de Aracaju*. 3ª ed. Aracaju: Edição Patrocinada pelo Banese.
- FONTES, José Silvério L. (1958). *Formação do conceito de fato histórico na cultura ocidental*. Aracaju: Livraria Regina.

- GILSON, E. (1999). “Philosophie et Incarnation selon saint Augustin”, in: *Saint Augustin- Philosophie et Incarnation*. Genebra: Ad Solem.
- KANT, I. (1900). “Kritik der reinen Vernunft (B)”, in: *Kant's gesammelte Schriften. Herausgegeben von der Königlich Preussischen Akademie der Wissenschaften*. Berlin, Band III.
- _____. (1900). “Der Streit der Facultäten”, in: *Kant's gesammelte Schriften. Herausgegeben von der Königlich Preussischen Akademie der Wissenschaften*. Berlin, Band VII.
- _____. (1900). “Idee zu einer allgemeinen Geschichte in weltbürgerlicher Absicht”, in: *Kant's gesammelte Schriften. Herausgegeben von der Königlich Preussischen Akademie der Wissenschaften*. Berlin, Band VIII.
- _____. (1900). “Geographie”, in: *Kant's gesammelte Schriften. Herausgegeben von der Königlich Preussischen Akademie der Wissenschaften*. Berlin, Band IX.
- KOSELLECK, R. (1975). “Geschichte”, in: BRUNNER, O.; CONZE, W. e KOSELLECK, R. (orgs.) *Geschichtliche Grundbegriffe. Historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland*. Stuttgart: Ernst Klett/J. G. Cotta, vol. 2.
- LÖWTH, K. (1983). “Weltgeschichte und Heilsgeschehen. Die theologischen Voraussetzungen der Geschichtsphilosophie”, in: *Sämtliche Schriften* (Band II). Stuttgart: J. B. Metzlersche Verlagsbuchhandlung.
- PASCAL, B. (1963). “Pensées”, in: *Oeuvres complètes*. Présentation et notes de L. Lafuma. Paris: Seuil.
- WEBER, Max (1987). *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Trad. de Irene e Tamás Szmrecsányi. São Paulo: Livraria Pioneira Editora.
- _____. (1989). “Religião e racionalidade econômica”, in: *Weber*. COHN, Gabriel (org.). Trad. de Amélia Cohn e Gabriel Cohn. São Paulo: Ática. (Coleção “Grandes Cientistas Sociais”).